



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA  
COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

**ESPELHO DE CORREÇÃO PROVA SUBJETIVA**

**CARGO: PROCURADOR**

A avaliação levou em conta o conhecimento técnico e a capacidade teórico-prática do candidato em desenvolver a questão apresentada, com clareza, coerência e objetividade. Serão avaliadas, ainda, a organização do texto, a análise e síntese dos fatos examinados, assim como a correção gramatical, conforme previsto no Edital (8.12).

Insta salientar que este espelho serviu como base para que a banca examinadora procedesse em suas avaliações individuais, daí a necessidade de ser bastante minucioso, com um detalhado apontamento jurídico sobre cada tema questionado.

Adiante, uma sinopse do que a Banca Examinadora da prova discursiva pretendia ver em cada questão.

**QUESTÃO 01**

**Os contratos administrativos de que trata a Lei 8.666/93 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Considerando que um contrato será firmado pelo Município de Anaurilândia com uma empresa domiciliada no Brasil, quais são as regras gerais e as cláusulas necessárias para atendimento dos requisitos legais da referida Lei?**

Deverá o candidato expor como regras gerais o disposto no art. 54 §1º que, de maneira, geral descreve que os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam. **(2,2 pontos)**

Como resposta da segunda parte da questão deve expor como cláusulas necessárias, os requisitos descritos no art. 55: **(cada item colocado vale 0,6 pontos)**

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA**  
**COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratualmente previstas em lei ou regulamento;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**QUESTÃO 02**

**O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual uma vez aprovadas pelo Poder Legislativo passam a ter força de lei. Os projetos dessas leis orçamentárias possuem competência para sua iniciativa, prazos para aprovação, e objetos bem definidos, para que se façam cumprir o planejamento das receitas e despesas públicas.**

**Com base nessas informações, discorra sobre:**

**a) competência para iniciativa de apresentação do projeto de Lei Orçamentária Anual no Legislativo Municipal. (2,5 pontos)**

**b) prazo de sua apresentação e aprovação do projeto de LOA no Legislativo Municipal. (2,5 pontos)**

**c) seu objeto (conteúdo), compreendido na Constituição Federal e previsto por simetria na Lei Orgânica do Município de Anaurilândia. (5,0 pontos)**

**a)** A iniciativa é do Chefe do Executivo.

**b)** O prazo para apresentação é 31 de agosto e o prazo para aprovação é 22 de dezembro.

**c)** O objeto obedece ao art. 165, da Constituição Federal c.c art. 148, inc. I e II, §§1º e 2º da Lei Orgânica do município de Anaurilândia:

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes Municipais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA**  
**COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

**QUESTÃO 03**

A responsabilidade civil do estado e dos agentes públicos têm disciplina prevista na Constituição Federal, tendo o Estado Brasileiro adotado posicionamento, dentre as diversas teorias que tratam se sua aplicação. Sobre a responsabilidade civil do Estado e dos agentes públicos, responda:

a) quais as teorias adotadas no Direito Brasileiro, em que dispositivo(s) encontra(m)-se embasada(s)? Explique. (5,0 pontos)

b) quais são os requisitos exigidos para caracterização da responsabilidade civil do Estado? (2,5 pontos)

c) quais são as excludentes e atenuantes da responsabilidade? (2,5 pontos)

a) art. 37, §6º da CF, sendo a teoria adotada a da responsabilidade objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do agente público. A teoria da responsabilidade objetiva faz com que o Estado indenize o particular lesado por seus atos e transfere a questão da existência de dolo ou culpa para ser discutida em uma posterior ação regressiva, ou seja, o Estado indeniza e depois se quiser provar a existência de dolo ou culpa deve ingressar com a ação regressiva contra o causador do dano, o agente que agiu sob sua responsabilidade. Neste ponto, a duas correntes disputam a primazia quanto ao modo de compreensão da responsabilidade objetiva: a teoria do risco integral e a teoria do risco administrativo. A teoria do risco integral é uma variante radical da responsabilidade objetiva sustentando que a comprovação do ato, dano e nexó é suficiente para determinar a condenação estatal em qualquer circunstancia. Já a **teoria do risco administrativo, variante adotada pela Constituição Federal de 1988**, reconhece a existência de excludentes ao dever de indenizar. Pela teoria do risco administrativo o Estado tem a obrigação de indenizar o particular lesado independentemente da existência de culpa do agente ou da falta de serviço. Basta que exista o dano decorrente da ação do agente público que, nessa qualidade, agiu de forma lícita ou irregular.

b) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado pela teoria do risco administrativo, os elementos caracterizadores são: ato, dano e nexó de causalidade entre a conduta do agente e o resultado por ele provocado.

c) são excludentes da responsabilidade civil do Estado: caso fortuito, força maior e culpa de terceiro. É atenuante da responsabilidade civil a culpa concorrente da vítima.

**PEÇA JURÍDICA**

O Município X, verificando que haviam termos de inscrição de dívida ativa inscritos em 10.02.2012, no valor de R\$3.500,00; em 20.11.2012, no valor de R\$4.000,00; e em 15.11.2013 no valor de R\$4.500,00, todos do mesmo devedor, MADEMAX – Comércio e Serviços Ltda., por débitos de ISS, revolveu ajuizar ação judicial. Todos os termos de inscrição da dívida ativa encontram-se com os requisitos exigidos pelo Código Tributário Nacional e possuem a mesma forma de calcular a correção monetária e os juros de mora a partir da inscrição. Elabore a peça processual com os requisitos materiais e formais exigidos como procurador jurídico do Município.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA**  
**COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

Parâmetros para resolver: a ação é de execução fiscal

- 1 - Endereçamento a Vara Única de Anaurilândia (2 pontos)**
- 2 – Qualificação da prefeitura, CNPJ e endereço da Prefeitura (fictício) (2 pontos)**
- 3 – Qualificação do executado (fictício), mencionando CNPJ e endereço. (2 pontos)**
- 4 – Mencionar que ação de execução é baseada na aplicação da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980) e no CPC. (3 pontos)**
- 5 – Nos fatos e fundamentos jurídicos, deverá constar apenas as certidões cumuladas de R\$4.000,00 e R\$4.500,00 uma vez que, em relação ao valor de R\$3.500,00 está prescrito, segundo art. 174 do CTN. (10 pontos)**
- 6 – Mencionar que a cumulação de execuções numa mesma ação se deve em aplicação do art. 780 do CPC: “o exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento”. (8 pontos)**
- 7 – A correção monetária e os juros de mora deverão ser cobrados a partir da data da constituição do termo de inscrição, ou seja, em 20.11.2012, do valor de R\$4.000,00; e em 15.11.2013 do valor de R\$4.500,00. (8 pontos)**
- 8 – Mencionar que a ação de execução está instruído do demonstrativo atualizado até a data de propositura da ação (art. 798, I, b, do CPC). (4 pontos)**
- 9 – No Pedido, mencionar que deve o juiz ou juízo, condenar o executado ao pagamento do valor de R\$8.500,00 + correção monetária e juros de mora a partir das datas dos termos de inscrição de dívida ativa. Caso o candidato traga um valor fictício de atualização, mencionar que a atualização monetária e os juros de mora devem ser calculados a partir da data da última atualização. (10 pontos)**
- 10 – Mencionar o requerimento para citação do executado para, no prazo de 5(cinco) dias úteis, pagar a dívida com juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, conforme dispõe o art. 8º da Lei de Execução Fiscal – LEF c.c art. 219 do CPC). (5 pontos)**
- 11 – Mencionar que, não ocorrendo o pagamento e nem a garantia, seja realizada penhora em bens do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis, conforme art. 10 da LEF. (5 pontos)**
- 12 – Requerer pagamento dos honorários advocatícios no percentual de 10%, com redução dos honorários em 50% em caso de pronto pagamento, no prazo de 5 dias úteis, conforme art. 827 CPC c.c art. 8º da LEF. (5 pontos)**
- 13 - Valor da causa = valor dos termos de dívida ativa = R\$8.500,00 + atualização monetária e juros de mora. (3 pontos)**
- 14 – Finalizar com local, data, com a menção “nome do advogado ou assinatura do advogado” e “OAB/MS”, sem indicar o nome ou a assinatura e o número. (3 pontos)**